



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão urbana.

## OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO: DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS

AMARAYNA MINELLY SOUSA OLIVEIRA<sup>1</sup>  
TATIANE NOGUEIRA SANTOS<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo compreender os processos migratórios no Brasil. Para tal, parte do pressuposto de que as relações do mercado de trabalho foram os principais impulsionadores para a configuração do processo, pois as relações que são estabelecidas nessa sociedade capitalista se dão em torno da produção material, das forças produtivas e pelas relações instituídas entre os proprietários dos meios de produção e àqueles que possuem a força de trabalho. No Brasil tais relações tiveram características peculiares, principalmente em relação à região nordeste.

**Palavras-chave:** Migração; Mercado de Trabalho; Modo de Produção Capitalista.

**Abstract:** This paper aims to investigate the migratory processes in Brazil. To accomplish it, it considers the job relationships as the main cause of this process, since the relationships in the capitalist society are related to production, and the relationship between the owners of the production means and those that have labor power. In Brazil these relationships have peculiar characteristics, mainly in relation to the northeast region.

**Keywords:** Migration; Job market; Capitalist Mode of Production.

### 1 INTRODUÇÃO

Existem vários estudos que buscam compreender e interpretar o fenômeno da migração, dentre estes a perspectiva marxista é uma das que se debruça sobre o assunto, e para esta, a migração é considerada como um processo histórico, desencadeado pelas desigualdades, tendo em vista, que deve ser levado em consideração os seus determinantes, como por exemplo, as motivações que levam a tal deslocamento e suas causas estruturais. Além disso,

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <amaraynasousa@outlook.com>

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão.

as condições objetivas e subjetivas também são fatores indispensáveis para a compreensão deste fluxo.

Embora existam vários ou diferentes entendimentos acerca do fenômeno da migração, percebe-se que quase sempre há uma intrínseca relação entre este fenômeno e o mercado de trabalho o que demonstra que este processo responde a uma das necessidades que o modo capitalista impõe, pois como bem assinala Santana; Telles (2011, p. 02);

[...] as migrações de trabalhadores, que na atualidade se manifestam de modos outros, ganhando inéditas feições e dinamismos, se constituem: como momento de síntese da expropriação, exploração, dispersão e concentração da força de trabalho que segue o movimento e as formas do capital.

Conforme Singer (1976), a definição das áreas de origem dos fluxos migratórios é condicionada pelos fatores de expulsão, em contrapartida, quem vai determinar os rumos destes fluxos e seus destinos serão os fatores de atração. Ou seja, o sistema capitalista é o responsável de certa forma por alimentar o fluxo migratório, expulsando as pessoas do seu lugar de morada, e este mesmo sistema é o responsável por determinar os destinos desses migrantes, fazendo com que a melhoria de suas condições econômicas sejam nutridas pelas demandas por força de trabalho, levando o migrante a ter sempre expectativas de emprego/ocupação nos setores da economia.

No entanto, há que se considerar que, o ato de migrar nem sempre implicará na absorção desses indivíduos pelo mercado de trabalho para onde se deslocam. Pois se sabe, que é inerente à lógica capitalista manter um significativo exército de mão de obra de reserva, como forma de sua sustentação enquanto um sistema econômico, haja vista, que isto ajuda a rebaixar os seus custos, particularmente, os custos de contratação, favorecendo assim a uma maior lucratividade.

É sob essa perspectiva que este trabalho se debruça, para compreender como se configura o processo migratório no Brasil, fazendo uma análise de forma geral, depois demarcando a região nordeste como uma

importante região do país nesse processo e fazendo uma pequena menção ao estado do Maranhão.

## **2 CONFIGURAÇÕES DO PROCESSO MIGRATÓRIO NO BRASIL**

A própria história do Brasil também é marcada pelos movimentos migratórios. Estes por sua vez, estão estritamente relacionados ao desenvolvimento e às desigualdades regionais. Essas desigualdades são desencadeadas pela diversificação tanto de ordem natural, quanto cultural do país e desenhadas pelas desigualdades de cunho econômico (MIOTO, 2008). “Tais disparidades foram mitigadas ou agravadas ao longo de nossa história, muitas vezes através da postura e interpretação do Estado sobre os problemas socioeconômicos brasileiros” (MIOTO, 2008, p. 26).

De acordo com Moraes (2013), a partir das primeiras décadas do século XX com a crise econômica mundial, o país deixou de ter sua sociedade preponderantemente rural, isto se fez a partir do modelo de substituição de importações, e, portanto, da dinamização do processo de industrialização, expressando um redirecionamento da economia, o que provocou, ao mesmo tempo também, os fluxos migratórios em direção às cidades.

Assim vamos verificar que no Brasil a relação rural-urbano se aprofunda com o processo de industrialização, melhor dizendo:

[...] se intensifica a partir de 1930, redimensionando o fenômeno da urbanização de alguns centros, delimitando a passagem do modelo econômico agroexportador, para o modelo urbano-industrial e causando uma ruptura entre o rural e o urbano. A intensificação de indústrias vinculadas ao modo de produção capitalista passa a exigir uma concentração de força de trabalho favorecendo a conversão das grandes cidades em centros de atividades econômicas, ocorrendo deslocamento em massa, do campo aos respectivos centros urbanos, expandindo desordenadamente o contingente populacional, impulsionando a urbanização, e contribuindo efetivamente ao fenômeno da migração (MORAES, 2013, p. 14).

Percebe-se assim, que as migrações internas se tornaram a “saída” para muitas populações, pois o avanço da mecanização na agricultura, nos

diversos setores da indústria, tornou-se o principal caminho para o capitalismo adentrar nas várias regiões do país (SCHMITZ, 2009). A partir dessa mecanização da agricultura, vai ocasionar o mais conhecido movimento migratório, que é o êxodo rural. Pois diante da modernização do maquinário e investimento para a melhoria da produção agrícola, há significativamente a diminuição da mão de obra de trabalhadores camponeses, ocasionando a expulsão desses trabalhadores para o meio urbano.

A exploração de uma mão-de-obra mais qualificada e as demandas impostas pelo mercado, tem como intuito de expansão, ocasionando o enfraquecimento das relações sociais no âmbito do campo rural. Contudo, no limiar da década de 1930, a migração passou a ser impulsionada por um lado pela expansão das fronteiras agrícolas; e de outro pelos deslocamentos que seguiam rumo ao sudeste do país onde se dinamizava a industrialização.

Passa a ser evidente que a partir desse período, o processo de deslocamento populacional do meio rural para as cidades foi desencadeado de forma bastante intensa fazendo com que o país assumisse rapidamente feições urbanas.

Apesar das enormes transformações advindas do processo de dinamização da produção capitalista industrial ocorrida no país a partir da década de 1930, também vamos verificar que não houve a incorporação de grandes contingentes da PEA (População Economicamente Ativa) nas atividades urbanas geradas nos ramos da indústria ou dos serviços, particularmente no comércio, isto é, o país nunca incorporou e assalariou o conjunto da sua força de trabalho disponível, nem mesmo nos momentos de maior dinamismo das atividades econômicas.

Alguns estudiosos atribuem que essa característica do nosso capitalismo tem relação com as nossas grandes dimensões territoriais, e também com as próprias restrições do modelo de desenvolvimento adotado.

No entanto, cabe ressaltar que nesse contexto, embora houvesse essa grande migração para os centros urbanos, as áreas rurais nesse período ainda continuavam com um bom número de habitantes (SCHMITZ, 2009).

SCHMITZ (2009), ainda demarca que, com a chegada dos anos de 1940 e 1950 é perceptível uma relativa homogeneização nas diferentes regiões do país no que diz respeito ao ritmo de crescimento de suas capitais. Isso se deu pelo fato de que houve um acentuado crescimento das capitais dos estados, onde a agricultura era predominante, e pelo declínio das capitais dos estados considerados polos industriais.

Já a década de 1960, Patarra (2003) assinala que ficou marcada pela emigração que ocorreu no Sudeste rural do país, atingindo cerca de 6 milhões de pessoas, fazendo com que ficasse marcado esse momento pela grande desruralização dessa região.

Ainda segundo a autora citada anteriormente, na década seguinte, aproximadamente 5 milhões de pessoas deixaram o Nordeste rural, ocasionado pela modernização do maquinário no setor agrícola. A autora ainda ressalta que,

Durante a década de 1970, a industrialização continuou a emergir no país, mesmo passando por alguns contratempos econômicos e momentos de estagnação. Com o avanço dos processos de urbanização e industrialização, um volume expressivo de pessoas que até então residiam em áreas rurais e também em áreas menos desenvolvidas, passaram a migrar para polos industrializados (PATARRA, 2003, p. 26).

Temos assim que a intensificação desse processo de deslocamento/expulsão da população do meio rural para o urbano se dá basicamente por conta das estratégias de modernização que são adotadas, às quais provocam a redução e até mesmo a substituição da mão de obra do trabalhador por máquinas, pois as tecnologias que foram sendo introduzidas e se consolidando, no caso particular do campo, são poupadoras de emprego de força de trabalho vivo. E nesse caso, como não tiveram mais meios para prover seu sustento, muitas famílias foram embora, fazendo este condicionamento de mudança ser entendido como um fator de expulsão.

Segundo Carmo (2004), no censo de 1970 ficou evidente o aumento das grandes cidades em todo o país, desencadeado principalmente pelo intenso fluxo migratório. Esse dinamismo, também explica que,

Essas cidades distribuíram-se heterogeneamente pelo país, refletindo o crescimento econômico diferenciado das regiões, porém houve uma centralização econômica, industrial, financeira no Sul e Sudeste, o que justifica a concentração de muitas cidades grandes, nessas regiões (CARMO, 2004, p. 20).

É com a chegada da década de 1980 que a economia nacional e o processo migratório passam por mudanças significativas. Nesta década também as migrações são distinguidas pelo grande fluxo, volume e características desse processo (SCHMITZ, 2009).

Na década seguinte quando o país incorpora o ideário neoliberal e todas as “inovações” advindas dele (acumulação flexível, alteração nas formas de organização da produção e do trabalho, etc), verifica-se intensas mudanças no mundo do trabalho como um todo, particularmente no tocante ao mercado de trabalho (onde destacamos: principalmente as terceirizações e as várias medidas de flexibilização), isto tudo vêm configurando um processo crescente de precarização do trabalho. Sabemos que tais condicionantes são produzidos nas regiões hegemônicas e impostos nas regiões periféricas pelos organismos multilaterais e contribuem para o agravamento da situação política, econômica dos países situados nestas regiões da periferia capitalista.

Nesse sentido, Miotto (2008, p. 28) assinala que:

O projeto neoliberal aplicado de forma insensata no Brasil provocou sérias consequências para a estrutura produtiva do país – dada à rápida abertura econômica e o despreparo de alguns setores brasileiros para se inserirem no mercado mundial.

Nesse contexto de profundas transformações econômicas e de adesão aos ditames do projeto neoliberal, o país é consolidado como um país urbanizado. Vale ressaltar, que a partir desse projeto que se inicia o caráter conservador, estando relacionado com o ordenamento capitalista, as desigualdades sociais e o retrocesso histórico no desmonte das conquistas sociais. Neste caso, apresenta-se como parte da reestruturação capitalista e ideológica conservadora do capital.

Ainda nessa década, também houve uma tendência demográfica de diminuição do ritmo da taxa de crescimento demográfico. Pois, além da redução da taxa de fecundidade, verificam-se também o enfraquecimento do processo de expansão das fronteiras agrícolas, fatos que contribuíram para a redução do crescimento populacional em várias regiões do país (MIOTO, 2008).

Estudiosos dessa temática como Schmitz (2009); Mioto (2008); Patarra (2003); dentre outros, afirmam que o baixo crescimento econômico e as mudanças adotadas a partir da incorporação dos pressupostos do neoliberalismo, contribuíram para o incremento dos índices de pobreza no Brasil na década de 1990. Apontam também que nesse período onde passam a exigir maiores requisitos de escolaridade e qualificação profissional para a força de trabalho, vê-se que a migração carregava consigo um grande contingente de pessoas com pouca ou quase nada de tais requisitos, isto significa maiores dificuldades para a inserção no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva Singer (1976, p. 41) assinala que:

Há, naturalmente, uma série de obstáculos que se interpõem entre o migrante e a “oportunidade econômica” que, em tese, a cidade industrial lhe oferece: de um lado, nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias nem a bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos: por outro lado, a insuficiência de recursos impede determinado número de migrantes de alcançar êxito na luta competitiva que se trava dentro do mercado urbano de trabalho.

Com base nesse breve retrospecto acerca do percurso histórico que tem marcado os movimentos migratórios no Brasil, vamos denotar que o país adentra o século XXI expressando uma diminuição nos movimentos migratórios. Pois, segundo Schmitz (2009) com um alto número de desemprego, favelização, entre outros, algumas regiões deixaram de atrair de forma acelerada uma grande quantidade de migrantes e outras deixaram de ter um decréscimo populacional.

Durante as últimas décadas, o debate sobre os movimentos populacionais tem se destacado nas esferas acadêmica e política mundial, especialmente no tocante à discussão de políticas públicas em países desenvolvidos. O entendimento dos fatores que direcionam os fluxos migratórios e de seus rebatimentos sobre a distribuição de renda e mercados de trabalho regionais são alvo de investigação na abordagem econômica. No Brasil, país de grande população, extensão

territorial e de elevada desigualdade social, o estudo das migrações internas é fundamental para a compreensão das dinâmicas econômica, demográfica e social (RAMALHO, et al, 2014, p. 02).

Em síntese, podemos dizer que os processos de modernização que se processaram no país e que desencadearam as transformações na economia a partir da dinamização da industrialização, desde que se iniciaram, foram recorrentes e intensos provocando o ascenso do fenômeno migratório. Ou seja, isso propiciou a aglomeração de pessoas, o incremento da demanda por serviços sociais públicos e certa dinamização também da urbanização. Este conjunto de determinantes estabeleceu novas relações entre o campo e a cidade. E isso se explica porque,

A redução no número de crescimento urbano nas últimas décadas, diferentemente de anos anteriores, está relacionado ao expansivo, acelerado e desordenado crescimento urbano que, mesmo capaz de comportar em seu início a maior parte da população migrante, tem nos últimos anos se deparado com um alto número de desemprego, favelização, entre outros (SCHMITZ, 2009, p. 28-29).

Desse modo, vamos evidenciar que sob o domínio do capital, a forma urbana mostra-se complexa e vai expressar as disputas e conflitos de sujeitos/agentes sociais tais como: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os trabalhadores excluídos que estão presentes no espaço das cidades e disputam o seu usufruto e controle. Isto demonstra que a estrutura espacial é socialmente produzida e, ao mesmo tempo, incide também sobre a vida social na medida em que expressa a distribuição territorial das classes.

Podemos perceber que os desequilíbrios econômicos e sociais nas grandes cidades se dão basicamente pelo crescimento acelerado do espaço urbano associado à insuficiência de trabalho e de renda para o conjunto da força de trabalho potencialmente empregável, além dos baixos investimentos na oferta de habitações e de serviços urbanos. Estes são apenas algumas pequenas nuances que estamos realçando para mostrar o conjunto de questões que a relação urbano-rural congrega cuja expressão mais explícita se faz através das

migrações em suas diversas configurações, sendo talvez uma das grandes problemáticas que o século XXI carrega consigo.

Como bem demonstra Santana e Telles (2011, p. 02);

Êxodos e diásporas de trabalhadores, lutas de migrantes pelo direito à livre mobilidade territorial e ao trabalho, novas rotas migratórias, ampliação das restrições à migração e dos instrumentos legais que militarizam as políticas migratórias, obstáculos postos à proteção jurídica e a inserção dos trabalhadores migrantes na vida urbana, ação política organizativa de resistência de migrantes e refugiados. Eis algumas manifestações relacionadas à permanência, continuamente redimensionada, dos deslocamentos espaciais de trabalhadores como mediação crucial das metamorfoses ocorridas na classe trabalhadora e nas cidades nos marcos das transformações contemporâneas da sociedade capitalista.

Ademais, há que se ponderar também, que o acúmulo de capital gerado pela industrialização, modernização e urbanização encontra-se sob o monopólio dos grandes detentores dos meios de produção, auferindo dessa forma, a riqueza de uns poucos em detrimento de muitos, ou seja, originando e reproduzindo as desigualdades regionais, que segundo Singer (1976), é o motor principal da migração interna.

### **3 (RE)DESENHO DAS MIGRAÇÕES NO NORDESTE**

Em se tratando do Nordeste brasileiro, tem-se que esta região é caracterizada há várias décadas como sendo uma região de grandes movimentos de migrantes, principalmente para o Sudeste, em particular para São Paulo e Rio de Janeiro (CUNHA; BAENINGER, 2001), como podemos observar no Mapa 1, exposto mais adiante.

Acerca desta discussão, Dota (2012, p. 02), diz que:

As migrações, enquanto processo social, responderam ao longo do tempo as desigualdades verificadas no Brasil. Num primeiro momento, as desigualdades econômicas entre as regiões brasileiras foram às propulsoras das migrações de longa distância, preponderando o movimento campo-cidade, entre as regiões Nordeste e Sudeste, e atualmente, destacam-se movimentos intraurbanos, sendo as

desigualdades locais, socioespaciais e socioeconômicas as responsáveis pelo processo migratório.

Cunha; Baeninger (2001) ressaltam que apesar de a tendência histórica dos fluxos migratórios do Nordeste estar direcionada para o Sudeste, existem algumas especificidades como, por exemplo, os fluxos estabelecidos entre o Maranhão e o Piauí com os estados da região Norte (em particular com o Pará e com o Tocantins), bem como com o Centro-Oeste (em especial, o Distrito Federal e Goiás) (p. 43). Demonstrando e confirmando que o Nordeste continua sendo uma área de grande expulsão demográfica, no Mapa 2, podemos compreender melhor essa relação, ficando claro que essa região possui altos índices de migração também no âmbito intrarregional.

Mapa 1 Procedência e destino dos migrantes.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Mapa 2 Procedência e destino dos migrantes



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Visando dar maior entendimento sobre a dinâmica das migrações interestaduais é que tem sido calculado o Índice de Eficácia Migratória (IEM). Este índice delinea a dinâmica das migrações interestaduais nas últimas três décadas no Brasil.

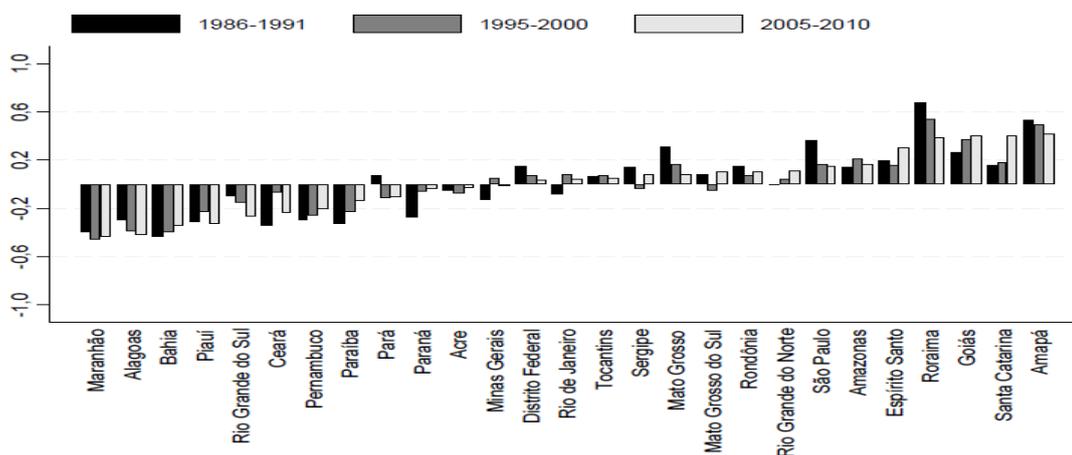
De acordo com Ramalho, et al (2014), o IEM aponta a razão entre o saldo migratório (diferença entre o total de imigrantes e emigrantes interestaduais) e a soma do total de emigrantes e imigrantes interestaduais. Ainda segundo o autor acima referido, o IEM foi proposto por Baeninger, e esse indicador permite comparações de trocas populacionais entre regiões no tempo, uma vez que se situa no intervalo -1 e 1. Ao visualizarmos a Figura 1, podemos compreender melhor esses valores. Ou seja, os valores próximos a -1 indicam alta capacidade de evasão populacional (saída); valores próximos a 1 sugerem alta absorção populacional (entrada) e valores próximos a zero indicam equilíbrio entre entradas e saídas de pessoas.

Ainda com base nos estudos de Ramalho et al (2014, p. 04), o critério para identificação do migrante interestadual é o de data fixa, isto é, aquele indivíduo que na data do Censo Demográfico afirmou residir permanentemente em um estado diferente daquele que morava há cinco anos. Por meio da Figura 1, o autor expressa os dados da coorte mais recente da migração (2005-2010), no qual se percebe que dentre os estados que tiveram uma evasão média

destacam-se os estados de Alagoas, Bahia, Piauí e Maranhão, segundo a classificação proposta por Oliveira, Ervatti e O'Neill (RAMALHO, et al, 2014, p. 04).

Figura 1 Índice de Eficácia Migratória (IEM) por estados nos períodos de migração 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.

Fonte: Ramalho et al (2014), a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.



De acordo ainda com Ramalho et al (2014, p. 04), cujo estudo está consubstanciado nos levantamentos de Oliveira, Ervatti e O'Neill, a Figura 1 também indica que:

[...] a classificação proposta para a potencialidade de absorção migratória é:

- (a) área de forte evasão migratória (IEM entre -1,00 e -0,51);
- (b) área de média evasão migratória (IEM entre -0,50 e -0,30);
- (c) área de baixa evasão migratória (IEM entre -0,29 e -0,10);
- (d) área de rotatividade migratória (IEM entre -0,09 e 0,09);
- (e) área de baixa absorção migratória (IEM entre 0,10 e 0,29);
- (f) área de média absorção migratória (IEM entre 0,30 e 0,50) e;
- (g) área de forte absorção migratória (IEM entre 0,51 e 1,00).

Como compreensão do saldo migratório, este é o equilíbrio entre a imigração (movimento de entrada) e emigração (movimento de saída), em um determinado local. Onde o saldo migratório for positivo, considera-se que a população do local aumentou, houve a chamada imigração, que é a entrada de pessoas em determinado local; quando o saldo migratório for negativo, quer dizer que a população do local diminuiu, nesse caso houve uma evasão, quer dizer, houve a saída de pessoas.

Considerando ainda o que está disposto na Figura 1 apresentada anteriormente, no que diz respeito ao estado do Maranhão fica claro que nos três períodos analisados (1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010) o saldo é negativo estando o IEM entre -0,5 e -0,3 o que indica que esse estado é considerado como de média evasão do país, ou seja, de saída. Nesse sentido, o Maranhão é tido como um dos principais estados responsáveis pela significativa emissão de migrantes, os quais são atraídos principalmente pela oferta de trabalho em estados de outras regiões do país, como por exemplo, para a região Sudeste e Centro-Oeste do país, como foi mostrado nos Mapas 1 e 2.

Nesse debate sobre o processo migratório, particularmente dessa região do país, o Maranhão se destaca, em razão da sua importância regional no que diz respeito ao significativo fluxo migratório, mas também porque é nele que se situa o objeto de investigação desse trabalho.

Sobre essa particularidade do Maranhão na região nordeste, Almeida; Lacerda (2010, p. 04) quando analisam os condicionantes da saída de maranhenses rumo ao Sudeste, mostram que:

No que diz respeito ao intenso processo de migração interna para a agroindústria canavieira paulista, vale ressaltar o papel desempenhado pela Região Nordeste do Brasil como tradicional fornecedora de mão-de-obra para outras regiões do País, em especial para o Sudeste, inserindo-se neste contexto o Estado do Maranhão como sendo um dos principais fornecedores de trabalhadores agrícolas temporários e até mesmo trabalho escravo.

Isso nos faz lembrar novamente as palavras de Singer (1976), quando trata sobre os fatores de expulsão e de atração. Nesse caso ficam evidentes tais aspectos, pois ao mesmo tempo em que os fatores de expulsão definem as áreas dos fluxos migratórios, os fatores de atração irão determinar os locais de destino.

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 mostram que na região Nordeste, os Estados do Maranhão, Piauí e Alagoas tiveram um aumento na mobilidade, ou seja, continuaram perdendo população, sendo que os saldos migratórios (imigrantes menos emigrantes) de Piauí e Alagoas foram ainda mais negativos entre 2005 e 2010 do que no quinquênio anterior (IBGE, 2010).

Tanto é verdade que se compararmos o saldo migratório dos anos 1995/2000 e 2005/2010, podemos observar na Tabela 1 que o Maranhão em comparação aos dois períodos analisados e delineados, possui seu saldo migratório negativo. Apesar de no período 2005/2010 ter sofrido uma diminuição desse fluxo, ainda continua com o saldo migratório negativo expressivo, evidenciando ser um Estado que possui significativo movimento migratório.

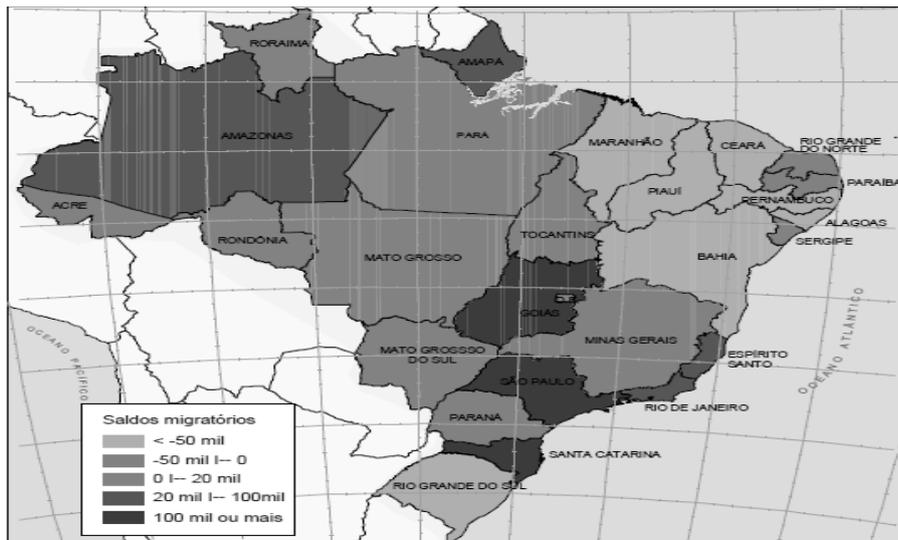
Tabela 1 Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, segundo as Unidades da Federação - períodos 1995/2000 e 2005/2010.

Unidades da Federação	1995/2000			2005/2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
<b>Brasil</b>	<b>5 196 093</b>	<b>5 196 093</b>	<b>0</b>	<b>5 018 898</b>	<b>5 018 898</b>	<b>0</b>
Rondônia	83 325	72 735	10 590	70 287	59 611	10 677
Acre	13 634	16 070	(-) 2 436	15 392	16 238	(-) 846
Amazonas	89 627	58 657	30 970	77 680	55 360	22 321
Roraima	47 752	14 379	33 373	26 919	13 013	13 906
Pará	182 043	234 239	(-) 52 195	177 569	217 776	(-) 40 207
Amapá	44 582	15 113	29 469	39 235	17 574	21 662
Tocantins	95 430	82 515	12 915	90 903	83 666	7 237
Maranhão	100 816	274 469	(-) 173 653	118 423	287 672	(-) 169 249
Piauí	88 740	140 815	(-) 52 075	78 763	153 385	(-) 74 622
Ceará	162 925	186 710	(-) 23 785	122 730	195 035	(-) 72 306
Rio Grande do Norte	77 818	71 297	6 521	73 092	59 436	13 656
Paraíba	102 005	163 485	(-) 61 480	101 835	136 945	(-) 35 110
Pernambuco	164 871	280 290	(-) 115 419	162 449	241 825	(-) 79 376
Alagoas	55 966	127 948	(-) 71 982	59 108	140 379	(-) 81 272
Sergipe	52 111	56 928	(-) 4 817	56 498	51 297	5 201
Bahia	250 571	518 036	(-) 267 465	250 848	495 387	(-) 244 539
Minas Gerais	447 782	408 658	39 124	405 755	424 970	(-) 18 215
Espirito Santo	129 169	95 168	34 001	138 478	77 594	60 883
Rio de Janeiro	319 749	274 213	45 536	290 788	267 611	23 178
São Paulo	1 223 811	883 885	339 926	1 093 853	788 411	305 441
Paraná	297 311	336 998	(-) 39 686	293 471	319 759	(-) 26 288
Santa Catarina	199 653	139 667	59 986	317 730	143 618	174 112
Rio Grande do Sul	113 395	152 890	(-) 39 495	115 130	188 326	(-) 73 196
Mato Grosso do Sul	97 709	108 738	(-) 11 029	105 540	88 722	16 818
Mato Grosso	166 299	123 724	42 575	154 758	135 931	18 828
Goiás	372 702	169 900	202 802	384 346	170 431	213 915
Distrito Federal	216 200	188 577	27 623	197 316	188 926	8 391

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

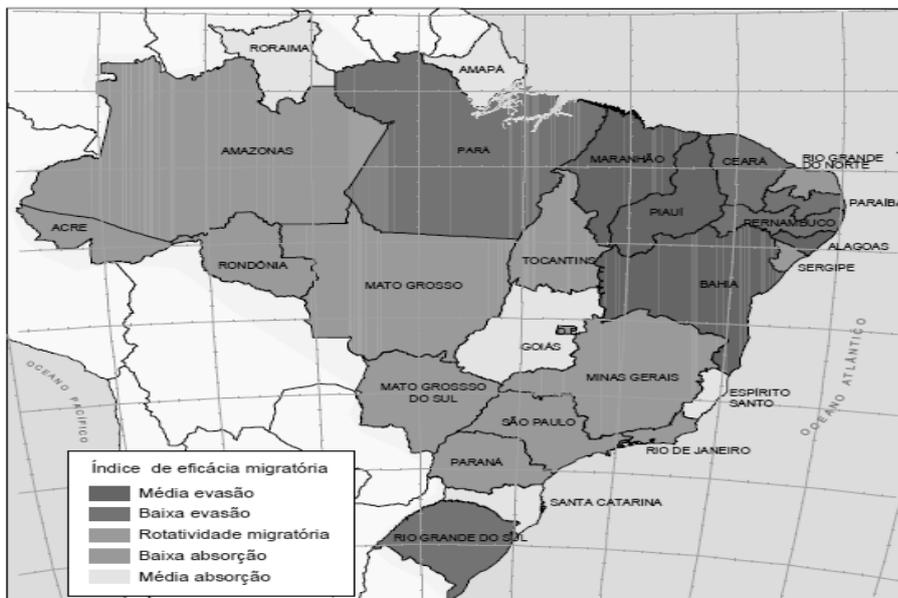
Nos cartogramas 1 e 2 estão delineados os saldos migratórios por estado e o índice de eficácia migratória por estados no período de 2005/2010, respectivamente. Nessa compreensão a região Nordeste apresenta como média evasão migratória, e apenas o estado do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco com baixa evasão. Resultando em um saldo migratório em constante mobilidade espacial, contudo, apresenta-se ainda com saldo negativo, ou seja, há mais pessoas emigrando (saída), do que imigrando (entrada). Pondo em questão, de que os estados do Nordeste continuam perdendo população.

Cartograma 1 Saldos migratórios, por Unidades da Federação 2005/2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Cartograma 2 Índice de eficácia migratória, por Unidades da Federação - 2005/2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Silva (2008 apud Almeida; Lacerda 2010), em seus estudos sobre a migração no Maranhão, apontam que a ida para as lavouras canavieiras paulistas desde o início do século XX, serve para exemplificar o movimento migratório no Estado. Pois à medida que novas usinas de cana-de-açúcar iam surgindo, mais maranhenses se deslocavam para lá, como forma de buscar meios de subsistências para si e suas famílias que aqui ficavam.

De acordo com Almeida; Lacerda (2010, p. 06), isto ocorre por meio de alguns fatores: “pela falta de perspectiva de melhoria nas condições de vida, pela falta de empregos nos locais de residência desses trabalhadores, principalmente os mais jovens, vêm na migração como única alternativa de sobrevivência.”

É essa perspectiva de busca de alternativas de sobrevivência, que muitas pessoas, particularmente os jovens, migram. E fazem isto acreditando na possibilidade de mudança, principalmente no aspecto econômico de sua vida, mas também de suas famílias. Desse modo, é que muitos encontram na migração a alternativa para a realização de sonhos.

É justamente sobre essa questão que as análises de Almeida; Lacerda (2010, p. 09) comprovam que “a problemática da migração e suas consequências para aqueles que buscam melhores condições de vida se fazem evidentes entre muitos trabalhadores”. Nisto, o processo migratório demonstra suas características peculiares, que está associada as questões econômicas, sociais e culturais do indivíduo. No entanto, esse processo traz consigo vários fluxos migratórios, que estão condicionados aos fatores de atração e repulsão.

## **CONCLUSÃO**

Em face do exposto podemos dizer que as migrações são desencadeadas tanto por fatores que expulsam, quanto por aqueles que atraem, e ambos são alimentados pelas perspectivas que o próprio sistema de produção econômica venha a gerar. Isto só reafirma o que Ravenstein ainda no século XIX constatou em suas primeiras observações, de que as migrações diante do sistema capitalista como o seu principal gerador. Como bem assinala Singer (1976), este sistema, tanto expulsa, como atrai, fazendo o que chamamos de movimento migratório.

Nesse sentido é que se pode dizer que estudar as migrações significa entender o processo dinâmico do movimento populacional, que tem resultado no inchaço de algumas regiões em contraposição ao esvaziamento de outras (MIOTO, 2008, p. 11).

É importante externar, que para compreender a migração, pressupõe a totalizante dos fenômenos geográficos-espaciais-demográficos-históricos, que são complexos e possuem múltiplos entendimentos, já que as próprias características desse movimento parte de um processo “macro”, estando em detrimento do contexto socioeconômico de um país.

Portanto, neste trabalho foram analisadas tanto a categoria de migração, como também trabalho, mercado e sistema capitalista. Essas categorias demonstram que o processo migratório continua sendo reafirmado como movimento dinâmico da própria sociabilidade humana no que resulta da compreensão marxista de que essa faceta social perpassa por transformações societárias que se inserem na dimensão histórico-dialética.

Diante desse método, este trabalho teve como resultado analisar essa conjuntura de acordo com o conceito migração, de um modo vertical, no que transcorre do movimento migratório, observado no âmbito mais geral, no caso do Brasil, para assim compreender os processos que levam o crescimento da emigração da população nordestina. Logo, salienta-se, que este artigo, é apenas o pontapé, para delinear os fatores relacionados com este fenômeno migratório.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; LACERDA, Danilo Ericeira de. **Migrações de trabalhadores rurais do Maranhão para o corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: o caso do município de São Vicente Férrer-MA.** In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

CARMO, Adilson Mello do. **A migração nordestina e a construção da comunidade do Rio Piraquê em Pedra de Guaratiba.** Monografia (Pós-Graduação "Latu Senso" em Planejamento e Educação Ambiental)- Universidade Cândido Mendes: Rio de Janeiro, 2004.

CUNHA, José Marcos P. da; BAENINGER, Rosana. A migração nos Estados brasileiros o período recente: principais tendências e mudanças. **Revista Bahia Análise de Dados População Meio Ambiente e Desenvolvimento I**, Salvador, BA, v. 10, n.4, 2001. Disponível em <[http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao\\_ambiente/01pronex\\_02\\_migracao\\_nos\\_estados\\_brasileiros.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_ambiente/01pronex_02_migracao_nos_estados_brasileiros.pdf)>. Acesso em 10/01/2015.

DOTA, Ednelson Mariano. **Desigualdades e migração: como elas se inter-relacionam no contexto atual?** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 18., 2012, Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia/SP, 2012. (Trabalho apresentado).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Rio de Janeiro, 2010.

MIOTO, Beatriz Tamaso. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Liminar Século XXI.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MORAES, Mônica. **O processo migratório e as alternativas à questão habitacional: o caso de São José.** Monografia (Graduação em Serviço Social)- Florianópolis: 2013.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; FIGUEIREDO; Erik Alencar de; NETTO JR, José Luis da Silva. **Determinantes das migrações interestaduais no Brasil: evidências a partir de um modelo gravitacional.** João Pessoa: PPGE/UFPB, 2014.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento; TELES, Lia Raquel Sousa. **Mobilidade territorial de trabalhadores: fundamentos históricos, relações com a cidade do capital e a particularidade do Brasil.** In: JORNADA

INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais em CD-Rom...** São Luís/MA, 2011.

SCHMITZ, Alice. **A migração como expressão da questão social:** um estudo a partir da população atendida no núcleo de apoio à família – rodoviário. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.